



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **PARECER JURÍDICO**

### **1. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária nº 05/2023, de autoria do Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo, que:

*“Suprime o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 964/2022, que dispõe sobre o repasse relativo aos vencimentos dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias, nos termos da Emenda Constitucional 120/2022 e Institui o pagamento de adicional de insalubridade e dá outras providências.”*

Na forma do artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a propositura foi encaminhada a esta Procuradoria e Consultoria Jurídica, pelo Excelentíssimo Sr. Presidente, para emissão de parecer a respeito da constitucionalidade (aspectos formais e materiais) e legalidade do PL em tela.

É o relatório do necessário.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO**

Denota-se que o PL em tela busca suprimir o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 964/2022, no que diz respeito aos vencimentos pagos aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS's) e de Combate a Endemias (ACE's), de modo a compatibilizar com a já vigente Lei Municipal nº 950, de 22 de março de 2023, a qual estabelece que a remuneração destes será realizada na forma da Legislação Federal, Lei nº 13.708/2018, que alterou a Lei nº 13.708/2006, e Portaria GM/MS nº 3.317/2020.

Portanto, busca-se a adequação da norma municipal no que se refere a remuneração dos ACS's e ACE's, a qual inclusive poderia entender-se que havida ocorrido a revogação tácita com a posterior aprovação da Lei Municipal nº 950/2023.

Além disso, o pagamento do adicional de insalubridade já fora estabelecido o pagamento na Lei Municipal nº 964, de 17 de agosto de 2022.

O art. 9º-A da Lei Federal nº 11.350/2006 estabelece que “O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.”

Ademais, de acordo com o inciso III do §1º do art. 9º-A da Lei Federal nº 11.350/2006, incluído pela 13.708/2018:

Art. 9º-A. (...)

*§ 1º O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:*





# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**

**ESTADO DO PARANÁ**

(...)

*III - R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021.*

Já a Lei municipal nº 964/2022 dispõe o seguinte:

*“Art. 3º. Aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias será concedido, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas e somados aos seus vencimentos, adicional de insalubridade, calculado sobre o salário mínimo nacional vigente, segundo classificação, consubstanciada em laudo, no grau máximo, médio e mínimo.*

Portanto, materialmente adequado o PL em tela, já que se trata de matéria afeta a disciplina da municipalidade, e, no mesmo, norte, está de acordo com a legislação federal que fixa o piso nacional para os ACS's e ACE's e municipal que estabelece o pagamento de adicional de insalubridade.

No mesmo sentido, também se encontra adequado formalmente, haja vista não haver vício de iniciativa.

### **3. CONCLUSÃO**

Nos termos da fundamentação retro, esta Consultoria Jurídica opina pela constitucionalidade e legalidade do PL nº 05/2022 de autoria do Poder Executivo, não havendo óbice para o seu prosseguimento com deliberação pelo soberano Plenário.

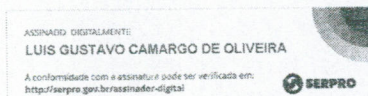
O projeto em questão deve ser apreciado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a respeito dos aspectos constitucionais e legais e bem como após a apreciação, analisar os aspectos lógicos e gramaticais, na forma do artigo 99 do Regimento Interno da Câmara.

Para aprovação, de acordo com o artigo 240 do RI, o projeto deverá contar com o voto favorável da maioria dos votos, estando presente a maioria simples dos membros da Câmara.

Por fim, é importante destacar que o mérito da matéria constante do projeto deverá ser apreciado pelos nobres Edis, os quais poderão elaborar emendas que entenderem necessárias, respeitada a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal.

É o parecer que colocamos à apreciação.

Antonio Olinto, 03 de abril de 2023.



Luis Gustavo Camargo de Oliveira  
Advogado